

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ACESSO ÀS CONDUTAS E INFRA-ESTRUTURA ASSOCIADA

Entre

PT COMUNICAÇÕES, SA, pessoa colectiva n.º 504 615 947, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, sob o n.º 09406, 4ª secção, com o capital social de € 150.000.000 (cento e cinquenta milhões de euros), adiante designada por “PT COMUNICAÇÕES”, e representada pelo Sr. [●] na qualidade de [●], com poderes para o acto

e

[●] com sede na [●], em [●], com o capital social de [●], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [●] sob o nº [●], Pessoa Colectiva nº [●], doravante designada por “BENEFICIÁRIA”;

Em conjunto designadas por “Partes”;

Considerando que:

- I. A Deliberação “Oferta de Acesso às Condutas da Concessionária PT COMUNICAÇÕES”, de 17 de Julho de 2004, bem como a Deliberação de 26 de Maio de 2006, que impôs alterações àquela Oferta, ambas do ICP - Autoridade Nacional de Comunicações (ICP-ANACOM) e emitidas ao abrigo do artigo 26º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (doravante “Regicom”), estabelecem as condições de acesso às Condutas propriedade da PT COMUNICAÇÕES ou cuja gestão lhe incumba (doravante “Deliberação”);
- II. A Oferta de Referência de Acesso a Condutas (doravante “ORAC PT”) regula as condições de prestação, pela PT COMUNICAÇÕES, dos serviços de acesso e utilização de Condutas e infra-estrutura associada, propriedade da PT COMUNICAÇÕES ou cuja gestão lhe incumba, incluindo, entre outros, os

serviços de instalação, intervenção e remoção de Cabos (doravante “Serviços de Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada”);

- III. A ORAC PT destina-se, exclusivamente, às entidades que oferecem redes e serviços de comunicações electrónicas acessíveis ao público para a prestação dos respectivos serviços;
- IV. A BENEFICIÁRIA é uma entidade que oferece [redes e/ou serviços de comunicações electrónicas] acessíveis ao público, conforme consta da [autorização geral/autorização específica] número [●];
- V. A BENEFICIÁRIA pretende contratar os Serviços de Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada da ORAC PT,

é livremente acordado e reciprocamente aceite o presente Contrato de Prestação de Serviços de acesso a Condutas e infra-estrutura associada (doravante “Contrato”) que se rege pelas Cláusulas seguintes e respectivos Anexos, que dele fazem parte integrante:

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Cláusula 1.^a

Termos e Definições

- 1. Para efeitos do presente Contrato, os termos, abreviaturas e expressões têm o significado constante do Anexo I, excepto se outro lhes for expressamente atribuído.
- 2. Para efeitos de interpretação do Contrato, observar-se-á o seguinte:
 - (a) Os termos referidos no número anterior, no singular, poderão ser utilizados no plural e vice-versa, com a correspondente alteração do respectivo significado, salvo se do contexto resultar claramente o inverso;

- (b) Os títulos dos capítulos e das cláusulas do Contrato e dos respectivos anexos foram incluídos por razões de mera conveniência, não constituindo suporte da interpretação ou integração dos mesmos;
- (c) As remissões efectuadas ao longo de cada um dos documentos para outras cláusulas ou números reportam-se ao mesmo documento, salvo indicação expressa em contrário;
- (d) Caso alguma das Cláusulas deste Contrato venha a ser julgada nula ou por qualquer forma inválida, por uma entidade competente para o efeito, tal nulidade ou invalidade não afectará a validade das restantes cláusulas, comprometendo-se as Partes a acordar, de boa-fé, uma disposição que substitua a cláusula inválida e que, tanto quanto possível, produza os mesmos efeitos.

Cláusula 2.^a

Anexos e Apêndices

1. Fazem parte integrante do presente Contrato, para todos os efeitos legais, os seguintes anexos:
 - (a) Anexo I – Definições;
 - (b) Anexo II – Cadastro da BENEFICIÁRIA;
 - (c) Anexo III - Contactos e Comunicações;
 - (d) Anexo IV – Apólice de Seguro;
 - (e) Anexo V – Minuta de Garantia Bancária.
2. Fazem parte integrante do presente Contrato, para todos os efeitos legais, os termos e condições definidos na ORAC PT (que a BENEFICIÁRIA, desde já, declara conhecer), em tudo o que não contrariar o disposto no presente documento e seus Anexos.

3. Qualquer outro documento subscrito pelas Partes que se pretenda constituir como Anexo ou Apêndice ao Contrato, só fará parte integrante do mesmo depois de aceite, por escrito, pelas Partes.
4. Este documento e seus anexos traduzem o acordo integral entre as Partes sobrepondo-se e revogando quaisquer declarações ou compromissos prévios, verbais ou escritos, relativos às matérias nele reguladas.

CAPITULO II

Objecto e Âmbito

Cláusula 3.^a

Objecto

1. O presente documento e seus anexos visam definir, em complemento à ORAC PT, as condições de prestação, pela PT COMUNICAÇÕES, a título temporário e mediante remuneração, dos Serviços de Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada, à BENEFICIÁRIA.
2. Os Serviços de Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada prestados no âmbito do presente Contrato constituem uma oferta global e integral da PT COMUNICAÇÕES e incluem, designadamente, os serviços de fornecimento de plantas, análise de viabilidade de ocupação de Condutas e infra-estrutura associada, aluguer de espaço e acompanhamento de trabalhos a realizar pela BENEFICIÁRIA naquelas.
3. Sem prejuízo das demais obrigações contratuais, a BENEFICIÁRIA compromete-se a aceder e a utilizar as Condutas e infra-estrutura associada nos termos previstos na Cláusula 7^a infra e a não utilizar os serviços prestados ao abrigo do Contrato para fins contrários à lei e/ou não previstos no Contrato.

Cláusula 4.^a

Condutas e infra-estrutura associada

1. As Condutas e infra-estrutura associada disponibilizadas ao abrigo do Contrato são as identificadas e descritas no Cadastro da BENEFICIÁRIA, o qual constitui o Anexo II ao presente Contrato.
2. A execução dos pedidos de instalação e de remoção de Cabos apresentados pela BENEFICIÁRIA durante a vigência do Contrato dão lugar às correspondentes actualizações do respectivo Cadastro.
3. A BENEFICIÁRIA não pode, por qualquer meio, ceder, total ou parcialmente, a terceiros o espaço disponibilizado nas Condutas e infra-estrutura associada ao abrigo deste Contrato.
4. As Condutas e infra-estrutura associada cujo acesso e utilização são disponibilizados ao abrigo do Contrato são propriedade da PT COMUNICAÇÕES ou por esta geridas, não integrando em caso algum o património da BENEFICIÁRIA, nem criando na esfera jurídica desta qualquer direito relativamente às mesmas.

Cláusula 5.^a

Construção de novas Condutas e infra-estrutura associada

1. A BENEFICIÁRIA poderá reservar a utilização de espaço nas novas Condutas e infra-estrutura associada que a PT COMUNICAÇÕES venha a construir, nos termos da ORAC PT e dos números seguintes da presente Cláusula.
2. Caso a BENEFICIÁRIA demonstre interesse em receber a informação relativa à construção de novas Condutas e infra-estrutura associada (nos termos previstos na ORAC PT), a PT COMUNICAÇÕES comunicará àquela a identificação das novas infra-estruturas, nos prazos e termos definidos na ORAC PT, salvo nos casos em que, justificadamente, não lhe seja possível respeitar o referido prazo.

3. No caso previsto na parte final do número anterior, a PT COMUNICAÇÕES comunicará tal informação, logo que possível, a todas as BENEFICIÁRIAS que tenham manifestado interesse em recebê-la.
4. A PT COMUNICAÇÕES dimensionará, sempre que técnica e fisicamente viável, as novas Condutas e infra-estrutura associada tendo em conta as manifestações de interesse recebidas das BENEFICIÁRIAS.
5. A BENEFICIÁRIA compromete-se, no momento de aceitação do Projecto Global Detalhado, a entregar à PT COMUNICAÇÕES uma garantia bancária à primeira solicitação, emitida de acordo com a minuta constante do Anexo V a este Contrato.
6. Caso a PT COMUNICAÇÕES, por qualquer motivo, não venha a construir as Condutas e infra-estrutura associada projectadas procederá à libertação da garantia bancária prestada pela BENEFICIÁRIA.
7. No caso de cessação do presente Contrato, por motivo imputável à BENEFICIÁRIA, todas as quantias devidas até ao termo do prazo durante o qual as Condutas e infra-estrutura associada foram reservadas consideram-se imediatamente exigíveis, podendo a PT COMUNICAÇÕES accionar a garantia bancária para ressarcimento dos respectivos montantes.

Cláusula 6.^a

Cabos

1. As Condutas e infra-estrutura associada são disponibilizadas para a instalação dos Cabos, propriedade da BENEFICIÁRIA, os quais devem satisfazer os requisitos previstos na ORAC PT.
2. A BENEFICIÁRIA é responsável pela supervisão dos seus Cabos instalados na Condutas e infra-estrutura associada.

CAPÍTULO III

Condições de Acesso e Utilização e Procedimentos de Gestão de Pedidos

Cláusula 7.^a

Condições de Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada

1. O Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada são efectuados pela BENEFICIÁRIA nos termos e condições constantes da ORAC PT.
2. O acesso físico às Condutas e infra-estrutura associada para instalação, remoção e intervenção nos Cabos é efectuado por colaboradores da BENEFICIÁRIA, ou por colaboradores de empresas por si subcontractadas, devidamente identificados e credenciados, os quais poderão ser acompanhados por representantes da PT COMUNICAÇÕES.
3. A BENEFICIÁRIA deverá observar o Manual de procedimentos e especificações técnicas e, ao subcontractar empresas, como previsto no número anterior, deverá ter em atenção os princípios gerais e as regras de credenciação, que constem da ORAC PT.

Cláusula 8.^a

Procedimentos de Gestão de Pedidos

Os pedidos efectuados pela BENEFICIÁRIA relativos aos Serviços de Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada obedecem aos procedimentos previstos e descritos na ORAC PT.

Cláusula 9.^a

Qualidade de Serviço

1. Os indicadores e níveis de qualidade de serviço a observar pela PT COMUNICAÇÕES são os seguintes, excepto se outros forem acordados, por escrito, pelas Partes:
 - (a) Prazo para resposta a um pedido de acesso e utilização de condutas e caixas de visita – tempo, em dias de calendário, que decorre desde o

momento em que a PT COMUNICAÇÕES recebe da BENEFICIÁRIA um pedido de acesso e utilização de condutas e caixas de visita até ao momento em que a BENEFICIÁRIA recebe resposta quanto à viabilidade de satisfação do pedido;

- (b) Prazo para resposta a um pedido de informação de infra-estruturas – tempo, em dias de calendário, que decorre desde a recepção do pedido pela PT COMUNICAÇÕES até que a BENEFICIÁRIA receba resposta completa ao pedido de informação. Caso a informação seja remetida por correio, o tempo termina na data de colocação da informação no correio. *[Aguarda clarificação do ICP-ANACOM]*;

- (c) Disponibilidade do serviço de acompanhamento, o qual deve ser calculado utilizando a seguinte fórmula:

(Número de acompanhamentos efectuados nas datas a que a PT Comunicações se comprometeu / Número total de acompanhamentos efectuados);

- (d) Prazo para agendar o acompanhamento nas intervenções a efectuar pela BENEFICIÁRIA (instalação, manutenção, reparação e remoção de infra-estruturas), de carácter não urgente – tempo, em horas consecutivas, que decorre entre a hora em que a PT COMUNICAÇÕES recebe um pedido de intervenção para reparação e a hora para a qual a PT COMUNICAÇÕES agenda o necessário acompanhamento *[aguarda clarificação do ICP-ANACOM]*;

- (e) Prazo para agendar o acompanhamento nas intervenções a efectuar pela BENEFICIÁRIA (reparação), de carácter urgente – tempo, em horas consecutivas, que decorre entre a hora em que a PT COMUNICAÇÕES recebe um pedido de intervenção para reparação e a hora para a qual a PT COMUNICAÇÕES agenda o necessário acompanhamento.

2. Os indicadores supra referidos devem cumprir os prazos/objectivos máximos indicados na tabela seguinte, para 100% das observações:

Indicador	Prazo/Objectivo
Prazo de resposta a pedido de informação de infra-estruturas de subsolo	5 dias úteis ⁽¹⁾
Prazo de resposta a pedido de viabilidade	15 dias de calendário
Prazo para agendar o acompanhamento nas operações de intervenção de carácter não urgente	24 horas consecutivas [<i>aguarda clarificação do ICP-ANACOM</i>]
Prazo para agendar o acompanhamento nas operações de intervenção de carácter urgente	8 horas consecutivas
Grau de disponibilidade do serviço de acompanhamento	A PT Comunicações deve garantir que 95% dos acompanhamentos são efectuados nas datas solicitadas

[⁽¹⁾ *Aguarda-se esclarecimento do ICP-ANACOM*]

3. A PT COMUNICAÇÕES remeterá à BENEFICIÁRIA, 15 dias após o final do trimestre a que respeitem, Relatórios trimestrais de desempenho de qualidade, com dados desagregados numa base mensal.

Cláusula 10.^a

Penalidades

1. O incumprimento pela PT COMUNICAÇÕES, por razões que lhe sejam imputáveis, dos níveis de qualidade referidos na Cláusula anterior, dá lugar ao pagamento à BENEFICIÁRIA das penalidades constantes da ORAC PT.
2. O pagamento das penalidades referidas no número anterior obsta à exigência de dano excedente, nos termos do art. 811º do Código Civil.
3. O pagamento das penalidades devidas nos termos desta Cláusula será efectuado no mês seguinte à notificação efectuada pela BENEFICIÁRIA para o efeito, salvo em situações de divergência, caso em que se aplicam os prazos e procedimentos previstos na ORAC PT.

4. A PTC só se considera vinculada ao pagamento das compensações referidas no ponto anterior se a Beneficiária tiver fornecido os planos de previsões relativos aos serviços a contratar e se essas previsões forem consideradas efectivas, nos termos previstos na ORAC PT.

Cláusula 11.^a

Plano de Previsões

1. A BENEFICIÁRIA obriga-se a fornecer à PT COMUNICAÇÕES um plano de previsões relativo aos Serviços de Acesso e Utilização a contratar à PT COMUNICAÇÕES, ao abrigo do Contrato, nos termos definidos na ORAC PT.
2. A PT COMUNICAÇÕES só está adstrita ao cumprimento dos níveis de serviço se a BENEFICIÁRIA entregar o respectivo plano de previsões, nos termos previstos na ORAC PT.

Cláusula 12.^a

Atendimento Técnico

1. A PT COMUNICAÇÕES disponibilizará à BENEFICIÁRIA um serviço de atendimento permanente, que funciona 24 horas por dia, 7 dias por semana.
2. O pedido de agendamento para acompanhamento de intervenção deve ser comunicado pela BENEFICIÁRIA para o serviço de atendimento da PT COMUNICAÇÕES, através dos meios postos à sua disposição, nos prazos e condições constantes da ORAC PT.
3. A PT COMUNICAÇÕES não é responsável pela detecção de qualquer avaria ou anomalia nos Cabos da BENEFICIÁRIA.

Cláusula 13.^a

Gestão dos Serviços de Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada

Cada uma das Partes compromete-se a nomear responsáveis que, em conjunto, acompanharão a execução do presente Contrato, nos termos da Cláusula 28^a.

CAPITULO IV

Preços, Facturação e Pagamento

Cláusula 14.^a

Preços

Os preços dos Serviços de Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada são os constantes da ORAC PT.

Cláusula 15.^a

Facturação

1. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes e das regras de facturação específicas previstas na ORAC PT, a PT COMUNICAÇÕES enviará, mensalmente, à BENEFICIÁRIA uma factura correspondente ao valor dos Serviços de Acesso e Utilização de Condutas e infra-estrutura associada.
2. Para efeitos de facturação, a data de início de utilização de Condutas e infra-estrutura associada para cada Traçado de Condutas corresponde à data de início dos trabalhos de instalação realizados pela BENEFICIÁRIA.
3. Caso a BENEFICIÁRIA entenda dever apresentar uma reclamação relativamente a qualquer factura emitida pela PT COMUNICAÇÕES, deverá fazê-lo no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data da respectiva emissão, mantendo-se, contudo, a obrigatoriedade de pagamento das parcelas não reclamadas.
4. A PT Comunicações analisará a reclamação prevista no número anterior num prazo máximo de um mês de calendário.

Cláusula 16.^a

Pagamento

1. As facturas emitidas pela PT COMUNICAÇÕES, nos termos da Cláusula anterior, deverão ser pagas num prazo de [●] a contar da sua recepção.
2. A BENEFICIÁRIA desde já autoriza a PT COMUNICAÇÕES a compensar eventuais créditos que esta tenha sobre si com os montantes que lhe são devidos pela BENEFICIÁRIA ao abrigo do presente Contrato.

Cláusula 17.^a

Mora e Juros

1. Em caso de mora no pagamento de quaisquer quantias devidas pela BENEFICIÁRIA à PT COMUNICAÇÕES, ao abrigo deste Contrato, esta poderá cobrar sobre as quantias em dívida, independentemente de interpelação e pelo período de duração da mora, os juros comerciais à taxa aplicável.
2. Sobre os valores em dívida não liquidados no prazo constante das facturas incidirão juros de mora, à taxa supletiva prevista no art. 102º do Código Comercial.

CAPITULO V

Responsabilidade e Seguros

Cláusula 18.^a

Responsabilidades

1. Salvo no que se refere às situações cuja responsabilidade não pode ser limitada e sem prejuízo do disposto nas Cláusulas 10^a e 19^a, nem a PT COMUNICAÇÕES nem a BENEFICIÁRIA são responsáveis pelos prejuízos ou danos decorrentes de responsabilidade contratual ou extracontratual quando o incumprimento em causa não lhes seja directamente imputável.

2. A BENEFICIÁRIA é responsável por todos os prejuízos que a PT COMUNICAÇÕES venha a sofrer por interrupção, suspensão ou qualquer falha na prestação dos serviços aos seus clientes, desde que tal interrupção, suspensão ou outra falha tenha sido provocada ou agravada pelos meios da BENEFICIÁRIA instalados nas Conduitas e infra-estrutura associada, durante a instalação, intervenção ou remoção de Cabos pela BENEFICIÁRIA. *[aguarda clarificação do ICP-ANACOM]*

Cláusula 19.^a

Limitação de Responsabilidade

1. A responsabilidade de cada uma das Partes perante a outra, no âmbito do Contrato, é restrita aos danos directos, não sendo indemnizáveis os danos indirectos, lucros cessantes ou perdas de negócio.
2. Sem prejuízo do disposto na Cláusula anterior, o limite máximo a pagar por qualquer uma das Partes à outra, a título de responsabilidade contratual e/ou extracontratual, será de **[valor a negociar]**, por cada ocorrência, e de **[valor a negociar]**, para o conjunto de ocorrências por cada ano civil.

Cláusula 20.^a

Seguros

1. A BENEFICIÁRIA obriga-se a contratar e a manter permanentemente actualizado, durante a vigência do Contrato, um seguro de responsabilidade civil no valor de € **[indicar]**, destinado a cobrir os prejuízos causados pelos seus meios e/ou pessoal.
2. A BENEFICIÁRIA obriga-se a apresentar, na data de assinatura deste Contrato, à PT COMUNICAÇÕES os documentos comprovativos do seguro referido no número 1 da presente Cláusula, bem como as respectivas actualizações anuais, os quais ficarão a fazer parte do Contrato, integrando o Anexo IV.

CAPITULO VI

Incumprimento e Força maior

Cláusula 21.^a

Força Maior

1. Sempre que ocorra um Caso de Força Maior que impeça o pontual cumprimento de qualquer obrigação decorrente do presente Contrato devem as Partes desenvolver todos os esforços ao seu alcance para minimizar as consequências do evento.
2. A Parte que deseje invocar o Caso de Força Maior deverá, logo que dele tenha conhecimento, comunicar por escrito a sua verificação à outra Parte.

Cláusula 22.^a

Resolução

1. O incumprimento, por qualquer uma das Partes, das obrigações emergentes do presente Contrato, confere à outra Parte o direito de o resolver nos termos deste artigo.
2. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, a Parte que pretende exercer o direito de resolução ao abrigo do Contrato deverá comunicar à Parte faltosa, por carta registada com aviso de recepção, e com invocação dos respectivos fundamentos, que pretende resolver o mesmo, conferindo-lhe um prazo não inferior a 15 (quinze) dias para pôr termo à situação de incumprimento.
3. Caso a Parte faltosa não venha a pôr termo à situação de incumprimento no prazo que para o efeito lhe tenha sido concedido ao abrigo do número anterior, considera-se o contrato resolvido no termo do prazo indicado, sem necessidade de qualquer outra notificação para o efeito.
4. Constituem fundamento de resolução imediata do Contrato, não estando sujeito ao procedimento previsto nos números anteriores:

- (a) O incumprimento grave e reiterado, por qualquer das Partes, de qualquer das obrigações que lhe cabem no âmbito do presente Contrato, incluindo a falta de pagamento das facturas ou o atraso no pagamento das mesmas, por um período superior a 90 (noventa) dias contados a partir da data de recepção;
 - (b) A instauração de processo de falência da outra Contraente, ou de processo judicial com efeito equivalente, dissolução ou liquidação da outra Contraente ou instauração de acção tendente à dissolução ou liquidação da mesma;
 - (c) As restrições legais ou administrativas impostas a qualquer das Partes em matéria de utilização de Condutas e infra-estrutura associada ou da concessão dos respectivos direitos a terceiros, que impeçam o cumprimento deste Contrato ou tornem esse cumprimento significativamente mais oneroso, designadamente nos termos do artigo 437º do Código Civil, sendo a eventual resolução do contrato precedida de audição da BENEFICIÁRIA;
 - (d) A perda, pela BENEFICIÁRIA, do título de registo que legitima a oferta de redes e serviços de comunicações electrónicas.
5. As comunicações de resolução referidas no número anterior serão notificadas à Parte faltosa, através de carta registada com aviso de recepção, a qual, salvo indicação em contrário, produzirá efeitos imediatos.
6. Na situação de resolução do Contrato por incumprimento da BENEFICIÁRIA, a PT COMUNICAÇÕES, na carta de resolução, comunicará à BENEFICIÁRIA a data e hora para levantamento dos Cabos, sendo os custos de remoção suportados pela mesma.

CAPITULO VII

Disposições Diversas

Cláusula 23.^a

Confidencialidade

1. As Partes obrigam-se a trocar, entre si, toda a informação que se mostre necessária para a prestação dos serviços acordados, a qual permanece propriedade de quem a transmite, obrigando-se a Parte que a recebe a efectuar o tratamento da mesma e a mantê-la confidencial, nos termos estabelecidos nesta Cláusula.
2. As Partes obrigam-se, ainda, a restringir o acesso à informação confidencial, que entre elas seja trocada, aos empregados que, por força das funções que exercem, careçam de a conhecer.
3. Por informação protegida ou confidencial entende-se toda a informação escrita, verbal ou constante de suportes informáticos, de natureza financeira, comercial ou tecnológica, designadamente saber-fazer, dados financeiros, tecnológicos e comerciais, listas de clientes, dados de tráfego ou quaisquer outras informações relativas à actividade de qualquer das Partes, bem como toda a demais informação que seja classificada como confidencial pela Parte que a transmite.
4. As Partes obrigam-se reciprocamente a manter confidencial a informação recebida e, como tal, classificada, evitando, com o mesmo zelo com que protegem a sua própria informação confidencial, que a mesma seja transmitida a terceiros, com excepção daqueles a quem, por força do objecto deste Contrato e das relações contratuais que mantêm com as Partes, assista legitimamente o direito de acesso à referida informação.
5. Compete a ambas as Partes assegurar que os terceiros referidos na parte final do número anterior, cumprirão com as obrigações de confidencialidade definidas nesta Cláusula e acordam que, previamente à divulgação de qualquer informação confidencial da outra Parte a qualquer terceiro, obterão dele o respectivo compromisso escrito de confidencialidade.

6. Não se considera abrangida pela obrigação de confidencialidade a informação:
 - (a) Que é ou se torna publicamente conhecida sem que tal seja devido a conduta ilícita de quem a recebe;
 - (b) Que é transmitida pela PT COMUNICAÇÕES ou pela BENEFICIÁRIA a terceiros sem que tenha havido violação do estabelecido na ORAC PT em matéria de confidencialidade;
 - (c) Cujas divulgações tenham sido autorizadas pela PT COMUNICAÇÕES ou pela BENEFICIÁRIA, conforme for o caso.
7. A PT COMUNICAÇÕES e a BENEFICIÁRIA, ficam desde já autorizados a divulgar informação confidencial:
 - (a) ao ICP-ANACOM;
 - (b) em situações de litígio entre a PT COMUNICAÇÕES e a BENEFICIÁRIA, caso em que a informação relevante poderá ser apresentada perante as autoridades judiciais.
8. Qualquer das Partes poderá ainda revelar informações tidas por confidenciais nos termos desta Cláusula se tal lhe for imposto por lei ou por decisão judicial ou administrativa, obrigando-se a informar imediatamente a outra Parte de tal facto, bem como a limitar a informação ao que lhe for imposto, com indicação expressa de que a informação revelada foi classificada como confidencial.
9. As obrigações de confidencialidade previstas nesta Cláusula manter-se-ão por um período de cinco anos após a cessação do presente Contrato.

Cláusula 24.^a

Cessão da Posição Contratual

Nenhuma das Partes poderá ceder, no todo ou em parte, a sua posição contratual a terceiros sem o prévio consentimento escrito da outra.

Cláusula 25.^a

Vigência e Denúncia

- 1 O presente Contrato é válido por um período inicial de [●] a contar da sua assinatura e renova-se automaticamente no seu termo por períodos iguais e sucessivos de [●], salvo se denunciado nos termos do número seguinte.
- 2 Caso as Partes pretendam pôr termo ao Contrato, deverão denunciá-lo por carta registada com aviso de recepção, com uma antecedência mínima de [●] dias relativamente à data do seu termo ou de qualquer uma das suas eventuais renovações.

Cláusula 26.^a

Revisão

Qualquer alteração introduzida por acordo entre as Partes deverá constar de aditamento expreso escrito, ao presente Contrato.

Cláusula 27.^a

Propriedade Intelectual

1. Todos os materiais, escritos ou sob qualquer outro suporte, em original ou cópia, desenvolvidos ao abrigo do presente Contrato, são considerados propriedade de quem os desenvolveu (a “Proprietária”), obrigando-se a outra Parte (a “Utilizadora”) a guardar rigoroso sigilo sobre os mesmos e não podendo dar-lhes outro destino que não seja o seu uso no âmbito deste Contrato.

2. Todos estes materiais na posse da Utilizadora à data do termo do Contrato deverão ser devolvidos imediatamente à Proprietária, sem que tal confira direito a qualquer indemnização ou remuneração adicional.

Cláusula 28.^a

Comunicações

- 1 As comunicações entre as Partes ao abrigo do Contrato serão efectuadas por escrito, mediante carta, telefax ou correio electrónico, sem prejuízo das formalidades previstas para algumas comunicações consagradas no mesmo, para os endereços ou postos de recepção indicados no Anexo III.
- 2 Para efeitos de realização de citação no âmbito de acção judicial destinada ao cumprimento de obrigações pecuniárias emergentes do Contrato, as Partes convencionam a morada indicada no cabeçalho deste Contrato.
3. Sem prejuízo do disposto nos números seguintes, as comunicações efectuadas nos termos do número anterior considerar-se-ão realizadas na data da respectiva recepção ou, se fora das horas normais de expediente, no dia útil imediatamente seguinte.
4. As comunicações remetidas por carta registada com aviso de recepção considerar-se-ão realizadas na data de assinatura do respectivo aviso.
5. Não se consideram realizadas as comunicações efectuadas por telefax que não sejam perfeitamente legíveis pelo respectivo destinatário, desde que este comunique esse facto à Partes que tenha emitido as referidas comunicações, nas três horas de expediente seguintes à respectiva recepção.
6. Quaisquer alterações aos contactos indicados no Anexo III deverão ser comunicadas à outra Parte, por carta registada com aviso de recepção, nos 30 (trinta) dias seguintes à respectiva modificação.

Cláusula 29.^a
Subcontratação

A PT COMUNICAÇÕES fica desde já autorizada a subcontratar terceiros para efectuar os trabalhos objecto do presente Contrato.

Cláusula 30.^a
Legislação Aplicável

Em tudo o que não estiver regulado no presente Contrato observar-se-á o disposto na lei portuguesa, designadamente, na Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro.

Cláusula 31.^a
Resolução de Litígios

1. As Partes obrigam-se a desenvolver todos os esforços no sentido de resolver de uma forma consensual todo e qualquer litígio que surja no âmbito do presente Contrato. Para tal, qualquer questão deverá ser suscitada por escrito, com indicação expressa dos motivos em que a Parte que a suscita fundamenta a sua posição, e remetida à outra Parte a qual deverá responder, nos mesmos moldes, num prazo máximo de 15 dias. Findo este prazo e caso a questão não tenha ficado solucionada, as Partes desenvolverão o seu melhor esforço para, pessoalmente e num prazo máximo de 5 dias, chegarem a um acordo. Não o conseguindo, será aplicável o previsto nos números seguintes.
2. A informação trocada pelas Partes no decurso das negociações com vista à resolução amigável do litígio existente, designadamente declarações de posição ou ofertas de acordo, serão tratadas como informação confidencial, não podendo ser utilizadas sem a prévia autorização da outra Parte.
3. Em caso de litígio emergente do presente Contrato, e que não seja sanado amigavelmente pelas Partes, em conformidade com os procedimentos definidos nos números anteriores, as Partes podem recorrer ao mecanismo de resolução de litígios previsto no artigo 10º da Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro e ou ao tribunal competente.

O presente Contrato é feito em duas vias ficando uma na posse da PT COMUNICAÇÕES e outra em poder da BENEFICIÁRIA.

Imposto do Selo, no valor de € 5 liquidado, pago por meio de guia, ao abrigo do disposto na Lei nº 150/99, de 11 de Setembro.

[Local e data]

Pela PT COMUNICAÇÕES,

Pela BENEFICIÁRIA,

ANEXO 1

Definições

Termo / Abreviatura	Definição
Cadastro da BENEFCIÁRIA	Descrição das Condutas e infra-estrutura associada cujo acesso e utilização são disponibilizados ao abrigo e nos termos da ORAC PT e deste Contrato;
Câmara de Visita (CV)	Caixas para acesso aos cabos instalados ao longo das Condutas, que constituam parte integrante da rede de comunicações electrónicas;
Conduta	Tubo ou conjunto de Tubos, geralmente subterrâneos, ou dispostos ao longo de vias de comunicação, que suportam, acondicionam e protegem outros Tubos (subcondutas) ou cabos de comunicações electrónicas;
Infra-estrutura associada	Câmaras de visita e restantes infra-estruturas que forem indispensáveis para instalação, remoção, manutenção ou reparação de cabos de comunicações electrónicas nas condutas e subcondutas;
Monotubo ou subconduta	Tubo de pequeno diâmetro (32mm ou 40mm) destinado a ser instalado no interior de Tubos de maior diâmetro;
ORAC PT	Oferta de Referência para Acesso a Condutas;
Projecto Global Detalhado (PGD)	Plantas e descrição das Condutas e infra-estrutura associada;
Traçado	Percurso de Condutas numa determinada área geográfica;
Tubo	Elemento cilíndrico oco, rígido ou flexível de cimento, grés, metálico ou de plástico, destinado à passagem de cabos de comunicações electrónicas, que liga duas Câmaras de Visita.

ANEXO II
Cadastro da BENEFICIÁRIA

ANEXO III
Contactos e Comunicações

ANEXO IV
Apólice de Seguro

ANEXO V
Minuta de Garantia Bancária
(Cláusula 5ª, nºs. 6 a 8)

«GARANTIA BANCÁRIA N.º _____»

BENEFICIÁRIO: **PT Comunicações, S.A.**, pessoa colectiva n.º 504615947, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 4ª Secção, sob o n.º 09406, com sede na Rua Andrade Corvo, n.º 6, 1050-009 Lisboa, com capital social de € 150.000.000, nos seguintes termos e condições:

1. O Banco [●], pessoa colectiva nº [●], com sede em [●], matriculado na Conservatória do Registo Comercial de [●], sob o número [●], com o capital social de € [●], integralmente realizado, nos termos e para os efeitos previstos nos nºs 6 a 8, da Cláusula 5ª, do Contrato de Prestação de Serviços – Acesso a Condutas e infra-estrutura associada, celebrado em [●], entre a PT Comunicações, S.A. (adiante designada por “PT Comunicações”) e a [●] (adiante designada por “[●]”) vem prestar, a pedido e por conta da [●], pessoa colectiva n.º [●], matriculada na Conservatória do Registo Comercial de [●], sob o n.º [●], com sede na [●], em [●], com o capital social de € [●], garantia bancária no valor de € [●] ([●] Euros), como caução do bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes do supra referido Contrato de Prestação de Serviços para a [●].
2. Consequentemente, o Banco [●], obriga-se a pagar, à primeira solicitação da PT Comunicações, sem quaisquer reservas e até ao limite de € [●] ([●] Euros), todas e quaisquer importâncias que aquele venha a solicitar-lhe por escrito.
3. A presente garantia é totalmente incondicional e irrevogável, devendo o Banco proceder aos pagamentos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da recepção de notificação por escrita feita pela PT Comunicações, sem poder opor qualquer reclamação, de direito ou de facto, ou por qualquer forma questionar a justeza do pedido ou a sua conformidade, com renúncia expressa e sem reservas ao benefício da excussão prévia.

4. A presente garantia manter-se-á em vigor até ser totalmente cancelada pela PT Comunicações, mediante comunicação escrita, para o efeito remetida a este Banco.
5. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a Garantia pode, a todo o momento, ser reforçada pela [●], mediante comunicação escrita para o efeito remetida a este Banco.
6. Sem prejuízo do disposto no nº 4, a Garantia pode, a todo o momento, ser parcialmente liberada pela PT Comunicações mediante comunicação escrita para o efeito remetida a este Banco.

Feito em [●], aos [●] de [●] de 200[●].

Nota: A assinatura dos representantes do Banco deverá ser reconhecida na qualidade, com certificação de poderes para o acto.